

22 NOV 1989

O mundo dos candidatos

ão Presidencial

ortagem 0373

Fala-se muito de política, e as eleições de 17 de dezembro deverão ocupar a atenção de todos nas próximas semanas. Mas a grande pergunta que a Nação se faz é saber que modelo econômico os candidatos propõem para resolver os problemas do País. Não é apenas a ameaça de hiperinflação que deve ser enfrentada; uma hiperinflação que pode levar à miséria total um país já miserável e que constitui séria ameaça para a democracia implantada com tantos sacrifícios. O que está em jogo, neste momento, mais do que a hiperinflação é o futuro da 9ª economia mundial, que tanto pode consolidar sua indústria, quanto cair no isolamento. Ora, nessa hipótese a Nação com 148 milhões de habitantes, poderá, de modo irrecuperável, permanecer no subdesenvolvimento, ostentando uma estrutura social deplorável. Num mundo em total evolução sob o impulso do progresso tecnológico, saberá o Brasil acompanhar essa modernização, que traz o bem-estar? Ou a política o fará ficar à margem com uma economia atrasada?

*São essas perguntas que os 82 milhões de eleitores farão aos dois candidatos nos próximos dias. Teria sido bom que tivessem apresentado um verdadeiro programa de governo, e não apenas cartas de intenções, em que na fixação dos objetivos parece ter-se esquecido de levar em conta as possibilidades reais — a fora não se terem lembrado de incluir a noção do tempo, tão essencial na vida econômico-social. Houve época em que os candidatos eram capazes de apresentar a seus eleitores verdadeiros planos de governo, que se iniciavam por uma radiografia da situação econômico-social, que se apoiavam sobre a realidade política, partindo do princípio de que o poder se exercita num contexto que não se pode transformar do dia para a noite, mas cuja transformação decorre muito mais dos resultados alcançados no plano econômico-social. Os programas eram quantificados, permitindo avaliar se as equações propostas eram compatíveis e se, de fato, os programas podiam responder à ansiedade da população.

Nenhum candidato, hoje, tem um pro-

grama com essa amplitude: limitaram-se até agora a divulgar um esboço de programas, atrás do qual cada um deve descobrir a filosofia que os orienta, separando o joio do trigo, esse joio que infesta qualquer tentativa de conquista de votos. Temos de contentar-nos com isto, convencidos de que um verdadeiro programa só será elaborado uma vez definido o vencedor. Assim, é necessário conformar-se e trabalhar na base de documentos insuficientes. No caso do candidato do PRN, podemos referir-nos ao documento de 130 páginas chamado "Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor"; no caso do candidato do PT, devemos referir-nos a um documento menos elaborado chamado "Brasil-Urgente", que fornece o programa econômico de Luís Inácio Lula da Silva. Esse programa pode ser completado pelo "Plano Econômico Alternativo de Emergência" publicado pelo PT em dezembro de 1988.

Mudar o Brasil é o tema que domina os documentos dos candidatos, de tal forma que facilmente podem ser colocados lado a lado. Ambos começam por analisar o problema da dívida externa, que uma hábil propaganda política chegou — erroneamente a nosso ver — a colocar como a questão-chave da economia nacional, a partir de cuja solução decorreriam as dos demais. É certamente uma abordagem que pode ter consequências graves, pois na renegociação da dívida externa encontrar-se-á sem dificuldade uma saída honrosa para o Brasil com a condição de que o futuro governo seja capaz de pôr ordem na situação interna, como o mostra o exemplo de diversos países que conseguiram superar a crise da dívida externa. O essencial, para os dois candidatos, é encontrar um inimigo: em ambos os documentos ele se chama *FMI e seu modelo de desenvolvimento*. Essa é uma postura que permite enfraquecer as críticas que se possam fazer ao governo Sarney, que optou por fazer nada.

Os dois candidatos têm em comum um ponto: somente com o crescimento econômico sairá o Brasil da crise. Nenhum deles tem a coragem de reconhecer, a partir da

experiência mundial, que será difícil afastar uma recessão, cuja duração e profundidade será inversamente proporcional à rapidez com a qual se aceitará um tratamento de choque.

A leitura dos documentos deve ir mais a fundo, porém, para que não se fique no que se poderia chamar de roupagem eleitoral da apresentação do programa econômico. Neste sentido temos de reconhecer que o programa do candidato do PRN dá um tom mais moderno a sua análise. Opta decisivamente para um Brasil que quer sair do Terceiro Mundo e não ser um eterno país em desenvolvimento sob o pretexto de apoio no campo do social. Enquanto o programa de Collor procura, através de uma abertura ao mundo, permitir que possamos compartilhar os progressos tecnológicos do mundo do século XXI, o de Lula concentra seu fogo contra os monopólios — especialmente estrangeiros — sem dar suficientemente destaque à necessidade de sair de um regime cartorial do qual participa toda a Nação — desde grandes empresas até os mais humildes empregados das empresas estatais.

O programa do PT pretende-se socialista. Para o PT, ser socialista é defender uma estrutura estatizante. Reconhece que as estatais no regime capitalista não estão preenchendo a sua missão, mas deixa entrever que no regime socialista elas serão necessárias para sustentar o desenvolvimento. Se o candidato do PRN não quer a privatização pela privatização, na realidade ele está mostrando a sua vontade de abrir ao capital privado, nacional e internacional, setores de atividades que o PT quer guardar sob o controle do Estado. Neste sentido, o candidato do PRN parece-nos ir muito mais no sentido da história.

Nenhum dos programas apresentados até agora parece-nos plenamente consistente, mas talvez tenhamos de limitar-nos a destacar a filosofia que os sustenta. É o que nos propomos a fazer nos próximos dias ao analisar alguns pontos que nos parecem essenciais nos programas dos dois protagonistas.